

Metodologias Participativas em Agroecologia



ISSN 1981-7223
Dezembro, 2011

*Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Centro de Pesquisa Agropecuária do Pantanal
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*

Documentos 115

Metodologias Participativas em Agroecologia

Aldalgiza Ines Campolin
Alberto Feiden

Embrapa Pantanal
Corumbá, MS
2011

Exemplares desta publicação podem ser adquiridos na:

Embrapa Pantanal

Rua 21 de Setembro, 1880, CEP 79320-900, Corumbá, MS

Caixa Postal 109

Fone: (67) 3234-5800

Fax: (67) 3234-5815

Home page: www.cpap.embrapa.br

E-mail: sac@cpap.embrapa.br

Comitê Local de Publicações:

Presidente: *Suzana Maria de Salis*

Membros: *Ana Maria Dantas Maio*

André Steffens Moraes

Vanderlei Doniseti Acastio dos Reis

Viviane de Oliveira Solano

Secretária: *Eliane Mary P. de Arruda*

Supervisora editorial: *Suzana Maria de Salis*

Normalização bibliográfica: *Viviane de Oliveira Solano*

Tratamento de ilustrações: *Eliane Mary P. de Arruda*

Foto da capa: *Reynaldo Sidney Brandão Pereira*

Editoração eletrônica: *Eliane Mary P. de Arruda*

Disponibilização na home page: *Marilisi Jorge da Cunha*

1ª edição

1ª impressão (2011): formato digital

Todos os direitos reservados.

A reprodução não-autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Embrapa Pantanal

Campolin, Aldalgiza.

Metodologias participativas em agroecologia [recurso eletrônico] / por Aldalgiza Inês Campolin e Alberto Feiden. - Dados eletrônicos - . Corumbá : Embrapa Pantanal, 2011.

14 p. (Documentos / Embrapa Pantanal, ISSN 1981-7223; 115).

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: <<http://www.cpap.embrapa.br/publicacoes/online/DOC115.pdf>>

Título da página da Web: (acesso em 31 dez. 2011)

1. Agroecologia 2. Metodologia participativa. I. Feiden, Alberto. III Título. IV. Série. V. Embrapa Pantanal.

CDD 631.58 (21. ed.)

© Embrapa 2011

Autores

Aldalgiza Ines Campolin

Pedagoga, Mestre em Educação
Embrapa Pantanal
Rua 21 de Setembro, 1880
CEP 79320-900 Corumbá, MS
Telefone: (67) 3234-5936
alda@cpap.embrapa.br

Alberto Feiden

Engenheiro Agrônomo, "Philosophiæ Doctor" em Ciência do Solo
Embrapa Pantanal
Rua 21 de Setembro, 1880
CEP 79320-900 Corumbá, MS
Telefone: (67) 3234-5940
feiden@cpap.embrapa.br

Apresentação

Em busca de alternativas que viabilizem a participação efetiva dos agricultores em projetos de desenvolvimento rural sustentável com enfoque agroecológico, os autores sistematizam nesse documento algumas experiências metodológicas com abordagens participativas além de refletir sobre conceitos como participação e desenvolvimento.

Esperamos que o esforço dos autores sirva de estímulo a pesquisadores, extensionistas e estudantes no sentido de aprofundar o debate sobre pesquisa em agroecologia com agricultores familiares.

Emiko Kawakami de Resende
Chefe-Geral da Embrapa Pantanal

Sumário

Metodologias Participativas em Agroecologia

Introdução	7
Agroecologia, desenvolvimento e protagonismo local	7
Conceito de pesquisa participativa	8
Algumas alternativas metodológicas para o desenvolvimento sustentável	9
a) Métodos de diagnóstico: diagnóstico rápido e participativo de agroecossistemas	9
b) Métodos de intervenção: experimentação participativa	11
Alguns cuidados na utilização de metodologias participativas	12
Considerações finais	12
Referências	13

Metodologias Participativas em Agroecologia

*Aldalgiza Ines Campolin
Alberto Feiden*

Introdução

A perspectiva agroecológica, ao exigir a sustentabilidade dos sistemas agrícolas, aponta para um novo padrão de produção agropecuária que permita manter o equilíbrio do ambiente, assegurando também a qualidade de vida das populações rurais. Para atingir este objetivo, é fundamental a definição de metodologias que permitam integrar os aspectos ambientais aos socioeconômicos e culturais dos sistemas a serem trabalhados.

Neste documento, procurou-se sistematizar algumas experiências metodológicas de Organizações Não Governamentais (ONGs) e Instituições Governamentais com abordagens participativas para o desenvolvimento rural em bases agroecológicas. É evidente que esta sistematização não esgota as possibilidades nem deve ser entendida como uma receita a ser aplicada em qualquer contexto. A criatividade e o aperfeiçoamento metodológico devem ser estimulados, tendo sempre presente a complexidade e a diversidade de cada região e sistema agrícola.

Agroecologia, desenvolvimento e protagonismo local

Ao afirmar que “A Agroecologia como desenvolvimento rural sustentável consiste na busca do local para, partindo daí, recriar a heterogeneidade do mundo rural por meio de formas de ação social coletiva”, Sevilla Gusmán (2005) enfatiza o protagonismo dos atores locais no processo de desenvolvimento. Neste contexto, a busca de alternativas que viabilizem a participação efetiva dos agricultores e, ao mesmo tempo, permitam a integração desses com os agentes externos, implica desenvolver metodologias que facilitem a consecução destes objetivos.

A experiência acumulada por diferentes atores deu origem às metodologias participativas que, em diferentes contextos, vêm contribuindo para tornar mais produtivas as relações entre agricultores e agentes de instituições externas. Estas metodologias permitem a construção coletiva de conhecimentos acerca da realidade (social, econômica, cultural e ambiental), além de fortalecer a organização das comunidades na gestão e controle do processo de desenvolvimento local, otimizando também as ações das instituições que atuam no meio rural.

Carvalho (1990) propõe que as metodologias utilizadas procurem dialogar com o saber popular e a visão de mundo dos agricultores. Altieri (2000) ressalta o caráter complexo e a natureza experimental do conhecimento camponês tradicional, que foi a fonte de toda a inovação na agricultura por milênios antes da existência da pesquisa agrícola. Soluções desenvolvidas pelos próprios agricultores podem ser extremamente viáveis quando observadas por essa perspectiva, necessitando, no entanto, ser avaliadas dentro de parâmetros científicos.

Chambers et al. (1989) relatam experiências de interação entre agricultores e pesquisadores e propõem o que chamam de métodos complementares de pesquisa, pelos quais os próprios agricultores são capacitados a avaliar, validar e adaptar tecnologias geradas por centros de pesquisa e realizar o “ajuste fino” das tecnologias em seus sistemas de produção. A experimentação nas unidades de produção assume então importância significativa no processo de adoção e difusão de tecnologias apropriadas para os agricultores.

Embora muitas vezes a avaliação dos experimentos realizados pelos camponeses possa ser passível de análise estatística convencional, na maioria das vezes utilizam-se critérios próprios de avaliação, tais como análise agrônoma, avaliação econômica e principalmente a avaliação pelos próprios critérios dos agricultores, com alto grau de subjetividade (JOUVE, 1991). Para que as inovações validadas e adaptadas tenham rápida e ampla apropriação é fundamental o envolvimento e participação de toda a comunidade de agricultores desde a etapa de planejamento até a avaliação dos experimentos (CONWAY, 1993).

Conceito de pesquisa participativa

As abordagens participativas na agropecuária constituem um conjunto de métodos utilizados em diferentes contextos, para atingir os objetivos propostos para o desenvolvimento deste setor. Partindo do princípio que a pouca participação vem sendo apontada como principal limitante ao sucesso dos projetos de desenvolvimento, é necessário ter claro que esta não ocorre espontaneamente. Participação é um exercício cotidiano que se constrói coletivamente, a partir da sensibilização e organização das comunidades beneficiárias desses projetos.

O cenário acima aponta a necessidade de resgatar o caráter transformador do conceito de desenvolvimento, ou seja, as ações propostas devem elevar a qualidade de vida das comunidades envolvidas e, ao mesmo tempo, propiciar o fortalecimento da autonomia destas no planejamento e na gestão das ações. No entanto, esse não é um objetivo fácil de atingir, apesar dos avanços conseguidos nos últimos anos, o baixo nível de organização das comunidades nos projetos persiste como entrave principal à otimização das ações de desenvolvimento.

Este fator deve fundamentar a reflexão para subsidiar o planejamento das ações de desenvolvimento rural. Neste sentido é essencial refletir sobre a dimensão educativa do desenvolvimento, tendo em conta principalmente a questão da participação como fator central desse desenvolvimento (FRAGOSO, 2005). A reflexão deve levar em conta as seguintes premissas:

- o caráter endógeno do desenvolvimento, que deve ter sempre presente os interesses e necessidades da comunidade;
- a necessidade de fortalecer a confiança e a capacidade de organização comunitária;
- as reflexões coletivas do contexto: problemas, potencialidades e contradições;
- que a redistribuição de poder e controle do processo pelos participantes é condição básica do desenvolvimento;
- que desenvolvimento implica mudança de um patamar de carências evidentes para outro, de conquistas coletivas.

As premissas acima reforçam a dimensão educativa do desenvolvimento rural, considerando que este não tem data nem hora para iniciar e terminar, pelo contrário, é um processo contínuo. Assim, a dimensão educativa se assenta na participação, na organização e na capacidade coletiva de mudança da realidade. E essa mudança tem por finalidade não apenas conquistas econômicas, mas também sociais, culturais e ambientais.

A participação só se concretiza a partir de estruturas organizativas coletivas e para que essa ocorra, devem ser as próprias populações interessadas na participação a dar o salto de qualidade neste sentido. Isto significa que essas populações devem se responsabilizar, desde o início, com as ações propostas e com a conquista de resultados concretos para a comunidade como um todo. A participação é conhecimento e como tal, não é algo que agentes externos possam transferir para a comunidade. O papel do agente externo é, então, de facilitador na interação entre os sujeitos da ação educativa, procurando fortalecer a autoestima e confiança dos indivíduos nas suas próprias capacidades.

Dessa forma, a participação se efetiva no aumento da capacidade de negociação e no exercício compartilhado do poder interno da comunidade para, num momento posterior, exercê-lo em instâncias externas. Mas, para atingir este nível, é fundamental que os agentes externos subsidiem as populações a praticar o trinômio reflexão-ação-reflexão, para a construção sócio crítica do conhecimento de sua realidade. A educação para o desenvolvimento é tarefa da qual os agentes externos não podem se furtar se efetivamente estão comprometidos com a melhoria das condições de vida da população rural.

Neste sentido, é fundamental respeitar o conhecimento, ainda que restrito, do senso comum local, promovendo o entrelaçar com os conhecimentos técnico-científicos para a ampliação da capacidade de ação das pessoas, na promoção de novas culturas técnicas e na construção de conhecimentos adequados para atingir novos patamares de qualidade de vida. Valorizar os conhecimentos locais significa também reconhecer que estes necessitam serem transformados (FRAGOSO, 2005). As aprendizagens resultantes do diálogo de saberes é que irão produzir respostas (novo conhecimento) aos problemas que a realidade apresenta e aí reside a dimensão educativa do desenvolvimento.

Algumas alternativas metodológicas para o desenvolvimento sustentável

Diversas são as alternativas metodológicas que podem propiciar o incremento da participação comunitária nos processos de desenvolvimento agroecológico. Diferentes instituições, com diferentes fundamentos teóricos, atuando com públicos com distintos graus de organização desenvolveram, a partir dos anos de 1980, novas formas de envolver e garantir a participação de agricultores em projetos de desenvolvimento rural em várias regiões do mundo. Estas metodologias foram adaptadas por diferentes organizações brasileiras às condições locais, com distintos graus de modificações, a diferentes públicos. Assim, os métodos possuem grande variação entre si, não se podendo afirmar que existem métodos corretos ou incorretos, mas sim métodos adaptados a diferentes situações ou diferentes públicos.

De maneira geral os métodos participativos podem ser classificados em métodos de diagnóstico, métodos de intervenção e métodos de avaliação.

Como sugestão, pode-se definir o seguinte roteiro para as ações participativas: mobilização da comunidade, diagnóstico da comunidade, restituição dos dados levantados nos diagnósticos; criação de grupos de interesse por problemas identificados; elaboração de propostas de intervenção participativa junto com os diferentes grupos de interesse; implantação das propostas e finalmente a avaliação participativa das ações efetuadas. A intervenção em geral se baseia em teste de propostas tecnológicas para solução de problemas identificados, e que são apresentadas como hipóteses de solução para os problemas e avaliadas pelos agricultores (WEID, 2001).

A seguir apresentam-se algumas metodologias participativas que podem ser utilizadas em agroecologia.

a) Métodos de diagnóstico: diagnóstico rápido e participativo de agroecossistemas

O Diagnóstico Rápido e Participativo de Agroecossistemas. – DRPA – foi introduzido no Brasil, por diversas ONGs, sendo a abordagem aqui utilizada uma adaptação das utilizadas pela AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa e pelo IAPAR – Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR, 1997; PETERSEN, 1999; WEID, 2001).

O DRPA é um processo que busca compreender as realidades ambiental, econômica, social e cultural dos agricultores (WEID, 2001). Parte-se do princípio que não é necessário conhecer profundamente a realidade da comunidade de uma única vez, porém, se vai fazendo aproximações sucessivas a partir de diagnósticos específicos mais aprofundados ao longo do tempo.

Esta metodologia prioriza a participação como forma de ampliar a capacidade dos agricultores em dominar todas as etapas do processo de desenvolvimento, necessárias à compreensão de sua realidade imediata. O fato de ser rápido e participativo, contudo não dispensa o rigor científico exigido na coleta dos dados, sendo fundamental entender a linguagem, os códigos e as unidades de medida utilizados pelos agricultores.

Para facilitar a participação e o envolvimento dos agricultores na realização do DRPA, utilizam-se diversas técnicas, que variam conforme o contexto e o objetivo. Na aplicação das técnicas coletivas, é importante levar em conta a questão de gênero e de faixa etária, separando os grupos por estes critérios, pois homens, mulheres, crianças, adolescentes, adultos e idosos possuem diferentes visões sobre as mesmas questões, o que vai enriquecer o quadro de informações obtido. Abaixo são listadas algumas técnicas que poderão ser utilizadas (IAPAR, 1997; PETERSEN, 1999; PINHEIRO, 2004).

Diagramas:

São ferramentas utilizadas nos diagnósticos participativos, através da representação gráfica de informações, possibilitando ao agricultor e ao técnico a visualização das mesmas. Os diagramas podem simplificar informações complexas, facilitando a comunicação entre técnico e agricultor e a posterior análise.

Os diagramas tornam o diagnóstico menos monótono e cansativo em relação aos questionários, porém podem demandar mais tempo, dependendo da natureza da informação. São apropriados para a compreensão da dinâmica dos sistemas de produção, para o levantamento de informações qualitativas e para investigar relações causais.

Mapas e croquis:

Da mesma forma que os diagramas, os mapas e croquis facilitam a participação e envolvimento dos agricultores. A partir da elaboração de croquis das comunidades ou da propriedade, sobre diversos temas, tais como recursos naturais, solos, distribuição fundiária, etc. Estas informações podem ser posteriormente checadas com mapas de solos, fotografias aéreas e outros instrumentos secundários. Permitem:

- identificar a percepção dos agricultores quanto aos diferentes tipos de solos e seus atributos, restrições e aptidão de uso e manejo;
- levantar o histórico e tendências de ocupação do solo;
- complementar as informações obtidas nos levantamentos de recursos naturais;
- auxiliar no planejamento do uso do solo com os agricultores;
- permitir a comunidade a refletir sobre si própria, e ter uma visão de conjunto sobre sua realidade, identificando situações e problemas que não são percebidos espontaneamente.

Calendários:

São diagramas que ilustram tendências e comportamentos sazonais como: variação de preços, produção de leite ao longo do ano, disponibilidades de forragem ao longo do ano, calendário de atividades, alocação e disponibilidade de mão-de-obra e outras entradas e saídas de recursos financeiros. São de fundamental importância para o planejamento das intervenções, pois mostram as disponibilidades e obstáculos que aparecem ao longo do ano.

Diagrama de Venn:

Utilizado para a análise da atuação das instituições em uma comunidade ou do relacionamento desta com as instituições. Permite visualizar a imagem que a comunidade tem dos potenciais parceiros e das instituições envolvidas nas atividades.

Ranking:

Instrumento de comparação e priorização de problemas. É utilizado na identificação das relações causais. Útil na elaboração das listas de problemas a serem priorizados e na avaliação de opções tecnológicas a serem propostas.

Árvore de problemas e causas:

Possibilita a identificação de possíveis soluções para um determinado problema. É importante que as causas sejam identificadas com base em evidências reais, para se evitar discussões puramente acadêmicas. É através desta técnica que as questões levantadas são articuladas na relação causa/ efeito, permitindo chegar ao problema primordial.

Entrevistas com informantes chave:

Informantes chave são pessoas que possuem bom conhecimento da área de trabalho e podem servir como referência importante para o diagnóstico. Em geral são as lideranças comunitárias formais, os técnicos ou as autoridades. As lideranças formais e estabelecidas são entrevistadas na fase de pré-diagnóstico, porém não necessariamente correspondem aos informantes chave. Em geral é durante o processo que as verdadeiras lideranças são identificadas e passam então a ser entrevistadas.

Entrevistas semi-estruturadas:

São entrevistas orientadas por roteiros, nos quais apenas alguns temas são pré-determinados. Para ser eficaz todas as respostas, mesmo as aparentemente insignificantes, devem ser cuidadosamente controladas e registradas.

Diagnóstico dos recursos naturais:

Utilizado para identificar e analisar os diferentes elementos que compõem o ambiente (solo, água, cobertura vegetal, etc.) e as relações que ocorrem entre o uso e manejo do solo e os impactos ambientais resultantes;

Levantamento do uso do solo:

Objetiva analisar os diferentes sistemas de exploração agropecuária (floresta, pastagem, lavouras, etc.), bem como a distribuição espacial dessas áreas;

Diagnóstico do manejo do solo:

Permite identificar a maneira pela qual o agricultor gerencia o seu recurso natural e as práticas de manejo de solos para compreender porque ele assim o faz. Analisar estas informações possibilita identificar os fatores restritivos aos agroecossistemas e orientar a busca de alternativas para sua otimização.

Os dados obtidos pelas diferentes técnicas combinadas devem ser sistematizados e restituídos à comunidade em evento específico para isto. O evento de restituição dos dados, além de valorizar a participação da comunidade, permite a confirmação da interpretação dos dados, feita pela equipe, com a visão dos agricultores.

Desse modo, o DRPA, ao favorecer a análise contextualizada dos problemas mais urgentes, suas causas, limitações de ordem ambiental, social, econômica e cultural, orienta a busca de soluções sustentáveis para os problemas identificados.

As experiências têm demonstrado (IAPAR, 1997; PETERSEN, 1999; PINHEIRO, 2004) que o DRPA tem facilitado a adesão e o comprometimento dos agricultores na resolução de seus problemas. Identificadas as soluções potenciais, passa-se então à etapa de planejamento de experimentações, através de outros métodos, definidos a partir do contexto local.

Em geral, já no evento de restituição são formados grupos de interesse, constituídos por agricultores que possuem características semelhantes quanto aos seus sistemas de produção e sofrem dos mesmos problemas, estando motivados para a busca conjunta de soluções. É com base nestes grupos de interesse que se passa a planejar a intervenção participativa.

b) Métodos de intervenção: experimentação participativa

Ao DRPA segue-se uma etapa de pesquisa, ou seja, levantamento de hipóteses de respostas aos problemas identificados na etapa anterior (WEID, 2001). Identificados os principais problemas da comunidade, criados os grupos de interesse, buscam-se tecnologias com potencial de solucionar estes entraves ao desenvolvimento local, priorizados pela comunidade.

A forma de realizar a busca e a avaliação das tecnologias a serem avaliadas depende fundamentalmente do nível de organização da comunidade. Comunidades com maior nível de organização e maior participação individual nas instâncias associativas poderão ter um alto grau de protagonismo na identificação, seleção e avaliação das soluções tecnológicas. Já comunidades pouco organizadas, sujeitas e dependentes de relações paternalistas ou clientelistas terão maior dificuldade em definir seus objetivos. Para estes, no início do processo é fundamental a procura de uma tecnologia que seja de fácil implantação, de baixo custo e que tenha forte impacto na solução dos problemas identificados.

Em todas as situações, as propostas tecnológicas serão apresentadas como hipótese de solução dos problemas e como tal deverão ser testadas através de métodos que permitam a maior participação possível dos agricultores, tanto no delineamento e na execução, como na avaliação dos experimentos.

Com relação ao nível de participação dos agricultores nos experimentos, as diferentes abordagens podem ser classificadas conforme IAPAR (1997) em:

Participação contratual:

Neste caso, a participação do produtor na comunidade é mínima, na maioria das vezes apenas cedendo a área para o experimento. É o pesquisador quem seleciona o agricultor parceiro, que formula o problema, a hipótese e o delineamento experimental, sendo ele que instala, acompanha o experimento, coleta e analisa os dados. Muitas vezes nem se preocupa em dar o retorno dos resultados ao agricultor ou à comunidade.

Embora a rigor não se trate de pesquisa participativa, mas sim de pesquisa convencional em meio real do agricultor, em casos de comunidades extremamente desorganizadas e tuteladas de forma paternalista, essa pode ser única forma de iniciar o processo de pesquisa participativa na comunidade. No entanto, nestas situações mesmo que o papel preponderante ainda seja do pesquisador, é fundamental procurar envolver ao máximo o produtor e a comunidade em todos os passos do processo, procurando desenvolver o protagonismo e a participação da comunidade.

Mesmo em comunidades bem organizadas, capazes de definir sua própria agenda de pesquisa, a participação contratual tem seu espaço, quando o pesquisador quer confirmar e refinar em meio real do produtor, resultados de pesquisa que ainda não considera seguros para adoção pelos agricultores. Neste caso pode ser feita uma avaliação paralela dos resultados, pelo pesquisador, com seus métodos estatísticos, e, pelos agricultores, utilizando seus próprios critérios. A avaliação pelos agricultores pode dar boas informações ao pesquisador.

Participação colaborativa:

Neste processo, o agricultor é selecionado pelo extensionista ou pesquisador, com colaboração da comunidade. O estudo é decidido pelo pesquisador com participação do agricultor ou da comunidade. Neste caso, o pesquisador maneja as variáveis experimentais e o agricultor as não experimentais. A avaliação é conjunta: pesquisador, agricultor e comunidade, cada um usando seus próprios critérios. É utilizado para comunidades que já tem algum nível de organização, em geral estruturas mais formais do que realmente participativas, mas ainda estão dependentes de estruturas oficiais com alto grau de paternalismo. O importante neste processo é reforçar a autonomia da comunidade e evitar que se reforce a visão de tutela sobre a comunidade ou sobre o agricultor.

Participação colegiada:

Exige comunidades com um bom nível de organização e clareza de suas necessidades e objetivos. Os agricultores experimentadores são selecionados pela própria comunidade, sendo que o tema de estudo, o problema, as hipóteses e o delineamento são definidos em conjunto pelos pesquisadores, extensionistas, agricultores e comunidade. Os experimentos são manejados e avaliados em conjunto pelos pesquisadores e pelo agricultor experimentador e acompanhados pela comunidade.

Participação consultiva:

Exige comunidades rurais com alto grau de organização, e com capacidade de definir a sua própria agenda de pesquisa. A demanda e a pauta de pesquisa é definida pela comunidade com apoio de extensionistas e pesquisadores. A comunidade também seleciona os agricultores pesquisadores, e com a consultoria de pesquisadores e extensionistas, define problema, hipótese, delineamentos experimentais e sistema de avaliação dos resultados. Os experimentos são manejados pelos agricultores experimentadores selecionados e avaliados pela comunidade de agricultores.

Alguns cuidados na utilização de metodologias participativas

A experiência acumulada por diversas instituições aponta alguns cuidados necessários para evitar equívocos na utilização das metodologias participativas. O primeiro equívoco é considerar que basta aplicar as técnicas para que a participação esteja garantida. O não entendimento dos condicionantes econômicos, ambientais e socioculturais de determinado sistema agrícola, reforçam a visão equivocada, por parte de técnicos e pesquisadores, de que os agricultores são incapazes de refletir sobre seus problemas e buscar soluções. Daí deriva uma postura paternalista que impede a efetiva participação dos agricultores no processo de desenvolvimento.

Além disso, as metodologias participativas requerem algumas habilidades dos técnicos que as utilizam, tais como:

- capacidade de estabelecer empatia com o público beneficiário para facilitar o diálogo e a comunicação geral com o grupo;
- falar menos e ouvir mais, ser paciente, valorizar o conhecimento de cada indivíduo do grupo;
- utilizar a ludicidade de algumas técnicas para incentivar a participação de todos;
- ser um observador atento às manifestações individuais e coletivas;
- respeitar a cultura e o contexto local;
- apresentar os resultados de todas as etapas percorridas para a comunidade, num processo contínuo de avaliação.

Por outro lado, também há uma superestimação da capacidade de participação generalizada dos agricultores. Para que os agricultores participem efetivamente é necessário que os mesmos estejam organizados em instituições que sejam efetivamente controladas de forma democrática pelo seu quadro social. É muito comum que existam estruturas organizativas meramente formais, que perpetuam relações de poder autoritárias e clientelistas, e que ao invés de contribuir para a autonomia dos agricultores e das suas comunidades, reforçam as relações de subordinação.

Neste contexto, em geral os agricultores têm grandes dificuldades em decidir seus rumos ou criar organizações autônomas. Assim, métodos que exijam menor protagonismo dos agricultores podem servir como ponto de partida para evoluir para níveis de organização maiores, que permitam a utilização de métodos com maior grau de participação dos agricultores.

Considerações finais

Há uma falsa dicotomia entre metodologia de pesquisa analítica e metodologia de pesquisa participativa, como também há uma falsa dicotomia entre pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa. Na verdade são abordagens diversas para entender diferentes fases e facetas dos objetos de pesquisa. No caso específico de propostas de desenvolvimento em agroecologia, envolvendo agricultores familiares e suas comunidades, é fundamental aproveitar a capacidade de geração de conhecimento e de inovação dos agricultores familiares e suas comunidades, para desenvolver e adaptar tecnologias agroecológicas às condições específicas do agroecossistema único, que corresponde a cada propriedade agrícola individual.

No entanto, muitas vezes esta capacidade criativa dos agricultores está debilitada por relações autoritárias e clientelistas, que tornam os agricultores submissos e com baixa autoestima, desvalorizando sua própria capacidade criativa. Neste caso é fundamental resgatar sua autoestima através de processos organizativos que valorizem o conhecimento e as capacidades destes agricultores. Métodos que exijam menor grau de participação destes agricultores podem ser usados para propiciar este desenvolvimento.

Referências

- ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000. 2 ed. 110 p.
- CARVALHO, H. M. de. **A geração de tecnologia agrícola socialmente apropriada**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1990. 24p (Textos para debate, 29).
- CHAMBERS, R.; RICHARDS, P.; BOX, L., **Agricultores experimentadores e pesquisa**. Rio de Janeiro: PTA-FASE, 1989. 44p. (Agricultores na pesquisa, 10).
- CONWAY, G. R., **Análise participativa para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1993, 32p. (Agricultores na Pesquisa, 4).
- FRAGOSO, A. Desenvolvimento Participativo: uma sugestão de reformulação conceptual. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 18, n. 1, p.23-51, 2005.
- IAPAR. **Enfoque sistêmico em P & D**: a experiência do IAPAR. Londrina: IAPAR, 1997. 152p. (Circular, 97).
- JOUBE, P. **A experimentação no meio camponês**: procedimentos e métodos. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1991. 30p. (Agricultores na Pesquisa, 3).
- PETERSEN, P. Participação e desenvolvimento agrícola participativo: uma visão estratégica com ênfase na etapa do diagnóstico. In: **Abordagens participativas para o desenvolvimento local**. PETERSEN, P.; ROMANO, J. O. (Org.). Rio de Janeiro: AS-PTA, 1999. p. 56 - 75.
- PINHEIRO, S.L.G. **Diagnóstico Participativo (DPR)**: uma experiência acadêmica com agricultores familiares das comunidades rurais do Rio do Sul e Rio da Prata, Anitápolis, Santa Catarina. Florianópolis: Epagri, 2004. 80 p.
- SEVILLA GUSMÁN, E. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. In: AQUINO, A. M. de.; ASSIS, R. L. de. (Ed.). **Agroecologia**: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. p.131-132.
- WEID, J. M. V. D. A trajetória das abordagens participativas para o desenvolvimento na prática das ONGs no Brasil. In: BROSE, M. (Org.) **Metodologias participativas**: uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001. p.104-112.



Pantanal

Ministério da
**Agricultura, Pecuária
e Abastecimento**

